

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

MIRIAN SOUZA MONTEIRO

**PROGRAMA OSASCO RECICLA DE MATERIAL RECICLÁVEL:
ESTUDO DE CASO SOBRE UMA POLÍTICA PÚBLICA DIRECIONADA
À RECICLAGEM DE LIXO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

ITAPEVI - SP

2018

MIRIAN SOUZA MONTEIRO

**PROGRAMA OSASCO RECICLA DE MATERIAL RECICLÁVEL:
ESTUDO DE CASO SOBRE UMA POLÍTICA PÚBLICA DIRECIONADA
À RECICLAGEM DE LIXO**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Itapevi, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal” – Orientador: Prof. Dr. Thiago Cavalcante Nascimento

ITAPEVI - SP

2018



TERMO DE APROVAÇÃO

PROGRAMA OSASCO RECICLA DE MATERIAL RECICLÁVEL: ESTUDO DE CASO SOBRE UMA
POLÍTICA PÚBLICA DIRECIONADA À RECICLAGEM DE LIXO

Por

MIRIAN SOUZA MONTEIRO

Monografia apresentada às 10:00, do dia 31 de julho de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Turma , ofertado na modalidade de Ensino a Distância, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Thiago Cavalcante Nascimento
UTFPR - Curitiba
(orientador)

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza
UTFPR - Curitiba

ANA PAULA MYSZCZUK
UTFPR - Curitiba

DEDICATÓRIA

Ao meu pai José, à minha mãe Ivone, que sempre me apoiaram nos meus sonhos, e às minhas filhas Clarisse e Raquel, que são minha razão de viver .

AGRADECIMENTOS

Agradeço as minhas filhas Clarisse e Raquel pelo incentivo e inspiração para seguir em frente e pela ajuda dada em momentos difíceis.

A minha amiga e colega de turma Karina Rebouças de Oliveira pelo companheirismo e incentivo sem o qual não teria chegado ao final.

Ao professor orientador Prof. Dr. Thiago Cavalcante Nascimento pela colaboração e dedicação na orientação.

Aos funcionários da Prefeitura que contribuíram de maneira importantíssima para que pudesse obter os resultados pretendidos.

As cooperativas que fizeram parte deste estudo na pessoa de seus catadores que tive o prazer de conhecer neste período, pelo exemplo de perseverança, comprometimento com o trabalho, respeito ao meio ambiente e exemplo de dignidade.

RESUMO

MONTEIRO, Mirian Souza. Programa Osasco recicla de material reciclável: estudo de caso sobre uma política pública direcionada à reciclagem de lixo. 2018. 62 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

A correta destinação dos Resíduos Sólidos é importante tanto para o meio ambiente como para a economia do município, uma vez que quando se destina corretamente estes resíduos retira-se uma grande quantidade de resíduos que seriam encaminhados ao aterro sanitário e gera renda a uma população que normalmente vive em vulnerabilidade social e econômica. Diante disto é extremamente importante que atitudes sejam tomadas não somente na esfera Federal e Estadual como em esferas menores como os municípios. Alguns municípios vêm tratando a destinação dos Resíduos Sólidos, como é o caso do Município de Osasco no Estado de São Paulo. Assim este trabalho tem como objetivo fazer uma caracterização do Programa Osasco Recicla de Material Reciclado e sua contribuição à gestão de Resíduos Sólidos no Município de Osasco. A pesquisa é qualitativa e a coleta dos dados foi obtida por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com funcionários da Prefeitura e trabalhadores das Cooperativas participantes do programa e análise documental através de pesquisas realizadas nas secretarias integrantes do programa. Os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam que apesar do Programa Osasco Recicla ser referência como iniciativa pública à gestão dos Resíduos Sólidos, a integração intersecretarial na estrutura do mesmo ainda é um desafio a ser superado, assim como melhorar a infraestrutura das cooperativas e apoio aos cooperados. A questão da melhoria do meio ambiente com a implantação da coleta seletiva na cidade é também um fator importante no programa. A implantação deste programa trouxe inúmeros benefícios ao município e às pessoas diretamente ligadas a ele. A melhoria na vida dos catadores de material reciclável que se cooperaram é a principal característica.

Palavras-chave: Gestão de Resíduos Sólidos; Osasco Recicla; Coleta Seletiva.

ABSTRACT

The correct disposal of solid waste is important for both the environment and the economy of the municipality, since when this waste is correctly destined, it prevents a large amount of waste from being sent to the landfill and generates income for a population that normally lives in social and economic vulnerability. It is therefore extremely important that measures be taken not only at the Federal and State levels, but also at smaller spheres such as municipalities. Some municipalities have been treating the disposal of Solid Waste, as is the case of the Municipality of Osasco, in the State of São Paulo. This work aims to characterize the Osasco Recicla Program of Recycled Material and its contribution to the management of Solid Waste in the municipality of Osasco. The research is qualitative and the data collection was obtained through semi-structured interviews conducted with City Hall employees and cooperative workers participating in the program and documentary analysis through surveys carried out in the secretaries of the program. The data were analyzed through the technique of content analysis and the results indicate that, although the Osasco Recicla Program is a reference as public policy regarding solid waste management intersecretarial integration is still a challenge to be overcome, as well as the need for improvement in the infrastructure of cooperatives and support to the cooperative workers. The issue of improving the environment with the implementation of selective waste collection in the city is also an important factor in the program. The implementation of this program has brought several benefits to the municipality and people directly attached to it. The improvement in the quality of life of cooperative recyclers is the main evidence of these benefits.

Keywords: Solid Waste Management; Osasco Recicla; Selective Waste collection.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DA COLETA SELETIVA NO BRASIL	19
FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELA COLETA SELETIVA NO BRASIL	20
FIGURA 3 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA OSASCO RECICLA.....	29
FIGURA 4 - CAMINHÃO UTILIZADO NA COLETA DE MATERIAIS POTENCIALMENTE RECICLÁVEIS.....	30
FIGURA 5 - MAPA DOS GRANDES GERADORES DE RESÍDUOS DE OSASCO QUE PARTICIPAM DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	31
FIGURA 6 – FAIXA ETÁRIA DOS COOPERADOS.....	40
FIGURA 7 – ÍNDICE DE ESCOLARIDADE DOS COOPERADOS.....	40
FIGURA 8 – TEMPO DE TRABALHO NA COOPERATIVA.....	40
FIGURA 9 – MELHORA NA SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	41
FIGURA 10 – NÚMERO DE PESSOAS POR RESIDÊNCIA.....	41
FIGURA 11 – SITUAÇÃO DO IMÓVEL.....	42
FIGURA 12 – MELHORA DA SAÚDE.....	42
FIGURA 13 – PRECONCEITO EM RELAÇÃO À PROFISSÃO.....	43
FIGURA 14 – PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO DE MELHORIA DA PROFISSÃO...43	43
FIGURA 15 – IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO PARA O MEIO AMBIENTE.....	44
FIGURA 16 – MELHORIA DA VIDA APÓS A IMPLANTAÇÃO DA COOPERATIVA...44	44
FIGURA 17 – APOIO DO PODER PÚBLICO.....	45

FIGURA 18 – FACHADAS DAS COOPERATIVAS DE CATADORES EM FUNCIONAMENTO EM OSASCO.....	55
FIGURA 19 – ESTRUTURA ATUAL DA COOPERAREIS.....	56
FIGURA 20 – LOCAL ONDE ATUALMENTE ESTÁ INSTALADA A COOPERAREIS..	56
FIGURA 21 – FUTURA SEDE DA COOPERAREIS.....	57
FIGURA 22 – FACHADA DA FUTURA SEDE DA COOPERAREIS.....	57
FIGURA 23 – FACHADA DA COOPERMUNDI.....	58
FIGURA 24 – INTERIOR DA COOPERMUNDI.....	59
FIGURA 25 – ESTEIRA DA COOPERMUNDI.....	60
FIGURA 26 – ESTEIRA MECÂNICA DA COOPERMUNDI.....	60
FIGURA 27 – EMPILHADEIRA DA COOPERMUNDI.....	61
FIGURA 28 - COMPACTADORAS DA COOPERMUNDI.....	61
FIGURA 29 - FACHADA ATUAL DA COOPERNATUZ.....	62
FIGURA 30 – FACHADA LATERAL DA COOPERNATUZ.....	62
FIGURA 31 – INTERIOR DA COOPERNATUZ.....	63
FIGURA 32 – ESTEIRA DA COOPERNATUZ.....	63
FIGURA 33 – EMPILHADEIRA DA COOPERNATUZ.....	64
FIGURA 34 – PÁTIO EXTERNO DA COOPERNATUZ.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Área de Ponderação
ATT	Área de Triagem e Transbordo
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PEV	Postos de Entrega Voluntária
PIB	Produto Interno Bruto
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Justificativa.....	13
1.2	Objetivos.....	14
1.2.1	Objetivo Geral.....	14
1.2.2	Objetivos Específicos.....	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1	Sustentabilidade.....	15
2.2	Políticas Públicas em Sustentabilidade.....	16
2.3	Reciclagem.....	17
2.4	Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	20
3	METODOLOGIA.....	23
3.1	Caracterização da Pesquisa.....	23
3.2	O objeto de estudo: O Osasco Recicla.....	24
3.3	Plano Municipal de gestão integrada dos resíduos sólidos de Osasco.....	25
3.2	Procedimentos da Pesquisa.....	26
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	27
4.1	Breve histórico do município de Osasco.....	27
4.2	Caracterização do Programa Osasco Recicla.....	28
4.3	Programa Osasco Recicla e sua interface com as secretarias municipais.....	35
4.4	Entrevistas realizadas com os responsáveis pelas cooperativas participantes do Programa Osasco Recicla.....	38
4.5	Entrevistas realizadas junto aos cooperados das Cooperativas integrantes do Programa Osasco Recicla.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	48
	APÊNDICES.....	52

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico e industrial observado no Brasil a partir da década de 50 contribuiu para que a população tivesse acesso a vários bens de consumo, que acarretou em uma produção maior de lixo. Segundo o IBGE a quantidade diária de resíduos sólidos, domiciliares e/ou públicos, coletados e/ou recebidos saltou de 161.827 t/dia em 2000 para 259.547 t/dia em 2008. Posteriormente, a partir da década de 80 o mundo passou a ter uma preocupação maior com a sustentabilidade do planeta e a conservação do meio ambiente. Nesse contexto, a reciclagem passou a ser um tema de enorme importância, pois trata o lixo como matéria-prima a ser reaproveitada para fazer novos produtos (JARDIM, 1995). Desta forma, a Coleta Seletiva e a Reciclagem de Lixo aparecem não como a solução final, mas como uma das possibilidades de redução do problema do lixo.

A gestão de resíduos sólidos no Brasil tem vivenciado significativos avanços nos últimos anos sob o ponto de vista de políticas públicas, regulamentação, princípios e diretrizes básicas. Uma importante lei que influenciou esse avanço foi a Lei Federal nº 11.445/2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico e incorporou a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos no conjunto dos serviços essenciais à saúde pública e à qualidade de vida.

O Brasil avançou no tema, com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei 12.305/2010. Esta lei cria conceitos, estabelece responsabilidades, metas e prazos para o gerenciamento de resíduos sólidos. A regulamentação da PNRS se deu pelo Decreto nº 7.405/2010, que destaca que os municípios devem priorizar a participação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis na coleta seletiva. Contudo, no Brasil 44,1% dos municípios ainda não contam com um programa de coleta seletiva (SNIS, 2016, p. 68).

A cidade de Osasco, localizada na grande São Paulo, em pleno crescimento populacional, econômico e industrial, teve a preocupação com o meio ambiente e sustentabilidade traduzida na aprovação do Decreto nº 9.976/2008, que instituiu o Programa Osasco Recicla de Material Reciclável. Este programa tem os objetivos de formação de cooperativas de trabalho, implementação de coleta seletiva de lixo, triagem e reciclagem do material coletado e desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

Resíduos é uma palavra que significa “sobras” e pode ser aproveitado, ganhar novo valor na nossa sociedade. Da mesma forma que a tecnologia gera a obsolescência dos

produtos, ela também trabalha para permitir que novas formas de tratamento dos resíduos se tornem mais eficiente. A reciclagem de material seco, por exemplo. Existe um arsenal de possibilidades que pode nos ajudar a tratar e reciclar os nossos resíduos, diminuindo a quantidade de material que despejamos no meio ambiente.

Observa-se a necessidade de um direcionamento correto do lixo e uma seleção dos materiais coletados a fim de que a cidade não sofra com uma degradação ambiental, portanto, este estudo objetiva avaliar o Programa Osasco Recicla de Material Reciclável em relação à reciclagem do lixo coletado na cidade, uma vez que a viabilidade e sucesso do programa são ferramentas importantes para a manutenção do meio ambiente saudável e a sustentabilidade do município com benefícios a toda população.

Na cidade de Osasco, segundo informações da Prefeitura, são coletados aproximadamente 30 mil toneladas/mês de lixo com potencial de reciclagem, mas deste total 17% são rejeitos, por baixo preço de comercialização. Estes materiais coletados são encaminhados às cooperativas participantes do Programa Osasco Recicla.

As cooperativas participantes do Programa no momento são 3:

- 1 - CooperNatuz (Zona Norte);
- 2 - CooperMundi (Zona Sul).
- 3 - CooperAreis (Zona Norte).

Existem ainda os Pontos de Entrega Voluntária (PEV) que estão instalados em locais com grande fluxo de pessoas e de fácil acesso, os dispositivos (coletores) recebem materiais recicláveis. Todos os materiais recicláveis depositados nos PEVs são encaminhados às Cooperativas de Catadores conveniadas à Prefeitura, que separam e revendem o material, gerando renda aos cooperados.

Além disto, 20 dos 60 bairros da cidade contam com a coleta seletiva porta a porta, em que o caminhão da prefeitura passa em dias certos, recolhendo o lixo reciclável.

Tendo em vista o exposto, o presente estudo tem a seguinte questão de pesquisa:
O Programa Osasco Recicla de Material Reciclável tem sido eficaz em relação à reciclagem do lixo coletado na cidade?

1.1 Justificativa

A justificativa para desenvolver este trabalho é a importância que a reciclagem exerce nos dias atuais para a sociedade em geral, visto que assume um papel fundamental na preservação do ambiente, melhorando assim a qualidade de vida da população.

A sustentabilidade como pilar para uma sociedade mais adequada do ponto de vista ambiental e social é um dos desafios que a gestão pública deve enfrentar, desenvolvendo políticas públicas que colaborem para um desenvolvimento sustentado e uma sociedade mais justa e equilibrada do ponto de vista ambiental e social.

Práticas como os aterros sanitários, que existem em quase todos os municípios brasileiros, são considerados uma destinação dos resíduos sólidos que afeta negativamente a população do entorno e contamina o lençol freático. Por isso pode ser considerado uma saída nada sustentável, tornando a implementação da reciclagem pela municipalidade uma ferramenta muito importante quando se pensa em um meio ambiente equilibrado e em sustentabilidade.

O estudo de uma política pública como a Osasco Recicla, desenvolvida em um município com grande concentração populacional como Osasco pode contribuir para entender se sua implementação foi eficaz e produziu os efeitos desejados, colaborando assim para o entendimento de uma melhoria no meio ambiente e melhoria para a sociedade.

A análise do programa Osasco Recicla pode colaborar para uma visão ampla da participação do gestor público como ferramenta importante no sucesso da efetiva implementação de política pública direcionada à melhoria do meio ambiente.

Destaco que os impactos ambiental, social e econômico serão avaliados como forma de mensurar o sucesso desta política pública.

Este estudo visa analisar a eficácia do projeto Osasco Recicla que foi implementado com o objetivo da defesa e melhoria das condições do meio ambiente, a mudança de costumes, de comportamento social e a geração de trabalho e renda, uma vez que a cidade possui atualmente mais de 600.000 habitantes e está em pleno desenvolvimento econômico e social.

Como servidora municipal e munícipe, percebo que o papel do gestor é fundamental para o sucesso e eficiência de qualquer política voltada à população. A preocupação com o meio ambiente é outra questão que me levou a indagar o quanto a Municipalidade está colaborando para uma melhoria neste sentido.

A justificativa pela escolha dessa pesquisa parte do pressuposto de que a preservação do meio ambiente e a melhoria de vida da população deve ser uma preocupação constante do poder público, uma vez que refletem diretamente em sua imagem organizacional.

Espera-se que a contribuição deste estudo seja importante para a análise do Programa de Reciclagem de Osasco, apontando se as medidas que foram realizadas efetivamente colaboraram para o sucesso do mesmo.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o programa Osasco Recicla em relação ao impacto ambiental, social e econômico da coleta seletiva e reciclagem de lixo e avaliar sua eficácia.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o município de Osasco-SP quanto a sua história, desenvolvimento, aspectos econômicos e a coleta seletiva e reciclagem de lixo;
- b) Identificar a efetividade das ações das Secretarias envolvidas no programa Osasco Recicla;
- c) Descrever a estrutura das cooperativas participantes do programa e caracterizar os cooperados, bem como sua participação como figuras ativas no processo de reciclagem;
- d) Verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelo Município de Osasco.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo discorre-se sobre a Sustentabilidade, Políticas públicas em sustentabilidade, Reciclagem, Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2.1 Sustentabilidade

Sustentabilidade é um termo usado para definir a característica de um processo ou sistema que permite que ele exista por certo tempo ou por tempo indeterminado. Nas últimas décadas, o termo tornou-se um princípio segundo o qual o uso de recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não deve comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras (Pereira, 2011).

A sustentabilidade está associada à crescente conscientização de que os países precisam descobrir novas maneiras de promover o crescimento de suas economias, sem destruir o meio ambiente, prejudicar a qualidade de vida da sociedade, ou sacrificar o bem-estar das futuras gerações.

O conceito de sustentabilidade começou a ser delineado em 1972, quando a Organização das Nações Unidas, ONU, promoveu a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia). O documento final da Conferência chamada Declaração de Estocolmo Sobre o Ambiente Humano, traz em seu preâmbulo sete pontos principais, além de vinte e seis princípios referentes a comportamentos e responsabilidades destinados a nortear decisões relativas à questão ambiental, com o objetivo de “garantir um quadro de vida adequado e a perenidade dos recursos naturais e já apontava, em seu item 6, para a necessidade de defender e melhorar o ambiente humano para as atuais e futuras gerações, em consonância com a paz e o desenvolvimento socioeconômico” (PASSOS, 2009, p.8).

No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. A comissão foi criada em 1983, após uma avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, p.46).

Para a Comissão Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável deve fundamentar as políticas públicas, de modo que os objetivos do desenvolvimento econômico e social sejam definidos em termos da sustentabilidade.

É preciso que o mundo crie logo estratégias que permitam às nações substituir seus atuais processos de crescimento, frequentemente destrutivos, pelo desenvolvimento sustentável. Para tanto é necessário que todos os países modifiquem as suas políticas, tanto em relação ao seu próprio desenvolvimento quanto em relação aos impactos que poderão exercer sobre as possibilidades de desenvolvimento de outras nações (BRUNDTLAND, 1987, p.52 e 53).

Em 1992 ocorreu a Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio de Janeiro conhecido como Rio-92 ou Eco-92, que resultou na criação da Agenda 21, um programa aprovado durante a Conferência para ser implementado pelos 175 países participantes, com o objetivo de incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável em suas políticas públicas.

Como podemos perceber a sustentabilidade é um tema de suma importância em políticas públicas.

2.2 Políticas públicas em sustentabilidade

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (PARANÁ, 2018).

Segundo Rua (2012), as políticas públicas são uma das resultantes da atividade política: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos.

A política pública consiste em uma atividade estatal complexa e processualizada que visa à concretização dos direitos e objetivos sociais juridicamente relevantes e determinados no meio político-administrativo, em prol do interesse público qualitativo e, sobretudo, da dignidade da pessoa humana (REIS, 2016).

Para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), é de suma importância que os municípios contemplem nos planos municipais, políticas públicas que tenham como objetivo

reduzir e solucionar o problema dos resíduos sólidos, para que ocorra efetivamente e de modo satisfatório o gerenciamento desses resíduos (BRASIL, 2010).

No tocante à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), trata-se de uma excepcional política pública, uma vez que institui instrumentos que permitem o avanço necessário ao Brasil no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos pela sociedade (SILVA; BIERNASKI,2017).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a PNRS situou o Brasil em patamar de igualdade aos principais países desenvolvidos no que se refere ao marco legal e à inovação, notadamente com a inclusão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na Logística Reversa quanto na Coleta Seletiva. Assim, a PNRS alinha-se ao estabelecido no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, em que se assegura direito de todos os cidadãos brasileiros ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, atribuindo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Um dos principais alvos de políticas pública para a sustentabilidade ambiental é a reciclagem de material coletado no município, assim se esta fase de um programa de coleta de resíduos sólidos for eficaz, teremos maiores chances de sucesso de uma melhoria ambiental.

2.3 Reciclagem

A reciclagem é definida como o processo de reaproveitamento dos resíduos sólidos, em que os seus componentes são separados, transformados e recuperados, envolvendo economia de matérias primas e energia, combate ao desperdício, redução da poluição ambiental e valorização dos resíduos, com mudança de concepção em relação aos mesmos (PNUD, 1998).

Gonçalves (2003, p.34) classifica em três etapas os processos da cadeia produtiva da reciclagem: recuperação, que engloba os processos de separação do resíduo na fonte, coleta seletiva, prensagem, enfardamento; revalorização, que compreende os processos de beneficiamento dos materiais, como a moagem e a extrusão e, por fim, a transformação; que é a reciclagem propriamente dita, transformando os materiais recuperados e revalorizados em um novo produto. O ciclo da reciclagem seria otimizado com a concentração de todas estas etapas numa mesma região, evitando-se o transporte do material a longas distâncias para ser processado industrialmente, o que pode ser conseguido com a instalação de polos de reciclagem.

O mesmo autor apresenta uma análise do ciclo da reciclagem, identificando seus atores como sendo o consumidor, o catador ou cooperativa, o intermediário ou atravessador e a indústria. Seguindo esta visão, estabelece-se o papel de cada um destes segmentos, para que os objetivos do sistema sejam alcançados. Cabe ao consumidor praticar o consumo responsável, utilizando critérios socioambientais para a escolha de produtos; separar os resíduos recicláveis na fonte (em casa), destinando-os para a reciclagem e procurar melhorar seus conhecimentos sobre o assunto. Cabe ao catador à auto-organização em cooperativas ou associações, rompendo o ciclo de exploração do seu trabalho pelos atravessadores; proceder à coleta de forma organizada, como, por exemplo, não catando no lixão, nem rasgando sacos nas ruas; desenvolver sua ética ambiental e seu empreendedorismo, saindo da marginalidade. Ao intermediário cabe o respeito e apoio aos catadores, pagando-lhes um preço justo e reconhecendo a importância dos mesmos para que seu empreendimento prospere. O papel da indústria é o de desenvolver políticas socioambientais, investindo no ciclo da reciclagem como um todo, inclusive desenvolvendo programas de educação socioambiental; utilizar, nos seus processos de produção, materiais recicláveis, em substituição aos materiais virgens; produzir embalagens e produtos que sejam reutilizáveis ou de fácil reciclagem, atribuindo ao seu produto valores ambientais, o que será reconhecido por seus clientes, fechando-se, assim, o ciclo, que se fortalece, na medida em que seus elos se retroalimentem mutuamente. Nos casos em que essa interação não acontece, ocorre a falência do sistema, com baixo índice de reciclagem, exclusão social e prejuízos ao meio ambiente.

De acordo com Gonçalves (2000, p.49-50), o sucesso de um programa de coleta seletiva, visando à reciclagem, depende do envolvimento da população, através de um bom programa de comunicação e educação ambiental; uma boa logística de coleta; e um bom sistema de escoamento dos materiais. A coleta seletiva deve ser planejada considerando esses três elos, sendo que o planejamento deve ser feito “de trás para frente”, primeiro definindo a destinação a ser dada aos materiais, depois escolhendo a logística a ser adotada para a coleta e, só então, elaborando o programa de educação ambiental, que deve ser constante, e não apenas uma campanha. É aconselhável começar com um projeto piloto em um bairro, expandindo, aos poucos, para toda a cidade.

A segregação dos resíduos na fonte geradora é uma chave para a coleta seletiva, pois evita a perda de qualidade dos recicláveis e melhora as condições de trabalho dos catadores, viabilizando as etapas seguintes da reciclagem. É também a etapa que exige a adesão da população, que tem de mudar seus hábitos no momento do descarte do lixo. Nos países desenvolvidos, a população separa os recicláveis em 4 ou 5 categorias – vidro, papel, plástico,

metal e orgânicos, em recipientes de cores diferentes – método que não tem se justificado no Brasil. Além de onerar os programas, dificulta a adesão da população, sem benefícios reais à praticidade da coleta. Os programas que incluem a compostagem da parcela orgânica dos resíduos têm adotado, com sucesso, a separação em três categorias: orgânicos: restos de comida e folhas; recicláveis: papel, plástico, metal, vidro, borracha, todos secos e limpos; e rejeito que compreende o que não pode ser processado e vai para destinação final: papel higiênico, absorventes, trapos, plásticos sujos de gordura, entre outros. Onde não há compostagem da parte orgânica, a separação em dois tipos é o suficiente: secos e úmidos, ou orgânicos e inorgânicos. Uma parte vai para a reciclagem e a outra para a destinação final. Pilhas, baterias, lâmpadas e outros resíduos com características específicas, podem ser entregues pela população em

Ecopontos ou PEVs – Postos de Entrega Voluntária (Galbiati, 2004).



Figura 1: Evolução da coleta seletiva no Brasil

Fonte: Ciclossoft 2016

A figura 1 mostra os dados da Ciclossoft 2016, no qual 1055 municípios brasileiros (cerca de 18% do total) operam programas de coleta seletiva, o que para o universo de total de municípios brasileiros (5561) é pouco quando pensamos na importância da reciclagem como forma de preservação do meio ambiente e de qualidade de vida. Através do gráfico podemos observar um aumento no número de municípios que efetuam a coleta seletiva nas décadas 1990, 2000 e 2010, tendo um aumento significativo após o ano de 2010, quando se instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) obrigando aos municípios se adequarem quanto à destinação dos resíduos sólidos.

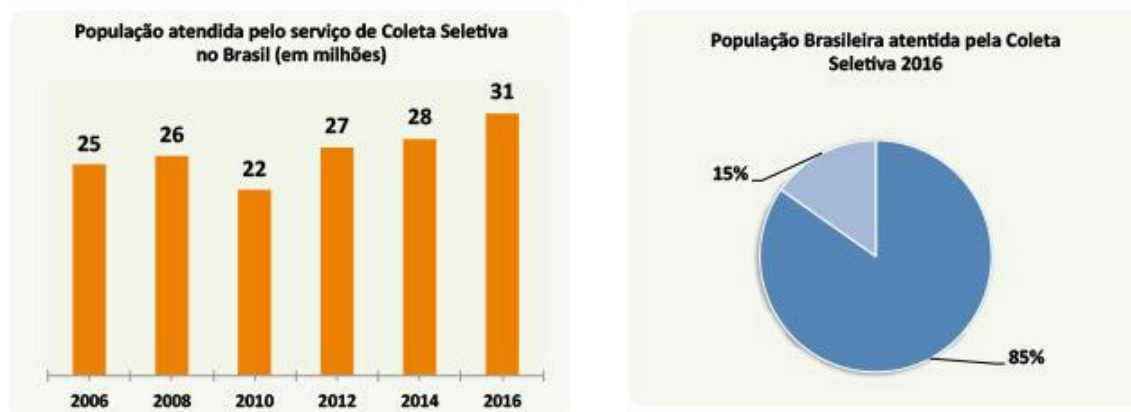


Figura 2: Evolução da população atendida pela coleta seletiva no Brasil

Fonte: Ciclossoft 2016

A figura 2 mostra que cerca de 31 milhões de brasileiros (15%) têm acesso a programas municipais de coleta seletiva. O gráfico expõe que houve pouco avanço em termos de números da população atendida pelo serviço de coleta seletiva, talvez porque isto envolva recursos oriundos do poder público.

Segundo Pizarro (2018), existem alguns entraves que podem dificultar o sucesso da implementação de um programa de reciclagem são eles:

1 – Tributação - Produtos reciclados podem ser tributados mais de duas vezes: como matéria primária, como matéria secundária e no transporte para os aterros e descartes.

2 – Baixa produção – Os materiais reciclados não contam com uma indústria profissionalizada e as cooperativas de reciclagem não conseguem atender a demanda.

3 – Poucas ações do poder público – Faltam incentivos fiscais e subsídios para a utilização de matéria reciclada em mercados como o de plástico.

4 – Falta de padronização - As normas técnicas para determinar os padrões dos materiais reciclados não são respeitadas no país, causando falta de produto no mercado e aumentando os preços.

5 – Falta de consciência - Os consumidores não são estimulados com campanhas institucionais para consumo de produtos ambientalmente sustentáveis.

2.4 Política nacional de resíduos sólidos

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o município passou a ser um ente federativo autônomo, dotado de competências próprias, independência administrativa, legislativa e financeira e, em particular, com a faculdade de legislar sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e a estadual e, ainda, organizar e prestar,

diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local de caráter essencial (Artigo 30 incisos I, II e V), daí derivando a interpretação de que o município é, portanto, o detentor da titularidade dos serviços de limpeza urbana e toda a gestão e manejo e dos resíduos sólidos, desde a coleta até a sua destinação final.

No entanto, embora existissem normas que abordassem a temática dos resíduos sólidos, especialmente Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, ainda não havia, no País, um instrumento legal que estabelecesse diretrizes gerais aplicáveis aos resíduos sólidos para orientar os Estados e os Municípios na adequada gestão desses resíduos.

A partir do ano de 2004, o Ministério do Meio Ambiente concentrou esforços na elaboração de proposta para a criação de diretrizes gerais aplicáveis aos resíduos sólidos no país e assim instituir uma Política Nacional de Resíduos Sólidos. Foi instituído o grupo de discussão interministerial sobre o assunto. Em agosto do mesmo ano, o CONAMA promoveu seminário intitulado "Contribuições à Política Nacional de Resíduos Sólidos", com o objetivo de formular proposta de projeto de lei do governo federal que incorporasse subsídios colhidos nos diversos setores da sociedade ligados à gestão de resíduos sólidos.

A partir daí o MMA criou grupo interno de discussão que consolidou e sistematizou essas contribuições e os anteprojetos de lei sobre o assunto existentes no Congresso Nacional. Foi elaborada uma proposta de anteprojeto de lei da "Política Nacional de Resíduos Sólidos", que foi debatida entre todos os Ministérios com temáticas correlatas. A proposta final foi discutida com a sociedade por meio dos "Seminários Regionais de Resíduos Sólidos - Instrumentos para Gestão Integrada e Sustentável", promovidos em conjunto pelos Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades, da Saúde, FUNASA e Caixa Econômica Federal. Desse processo resultou nova proposta, mais enxuta, que foi levada à Casa Civil em dezembro de 2005.

A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

Institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos

resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pré-consumo e pós-consumo.

Cria metas importantes que contribuem para a eliminação dos lixões e institui instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal e metropolitano e municipal; além de impor que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Também coloca o Brasil em patamar de igualdade aos principais países desenvolvidos no que concerne ao marco legal e inova com a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na Logística Reversa quanto na Coleta Seletiva.

A Lei sancionada incorpora conceitos modernos de gestão de resíduos sólidos e se dispõe a trazer novas ferramentas à legislação ambiental brasileira. Ressaltam-se alguns desses aspectos quais sejam:

Acordo Setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos pela minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como pela redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

Logística Reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

Coleta seletiva: - coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

Ciclo de Vida do Produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

Sistema de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR: tem como objetivo armazenar, tratar e fornecer informações que apoiem as funções ou processos de uma organização. Essencialmente é composto de um subsistema formado por pessoas,

processos, informações e documentos, e outro composto por equipamentos e seus meios de comunicação;

Catadores de materiais recicláveis: diversos artigos abordam o tema, com o incentivo a mecanismos que fortaleçam a atuação de associações ou cooperativas, o que é fundamental na gestão dos resíduos sólidos.

Também é importante nesta Lei a ênfase dada ao planejamento em todos os níveis, do nacional ao local e ao planejamento do gerenciamento de determinados resíduos. É exigida a formulação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, dos Planos Estaduais, dos Planos Municipais com as possibilidades de serem elaborados enquanto planos intermunicipais, microrregionais, de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, além dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de alguns geradores específicos.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se por uma abordagem qualitativa. Conforme Richardson (1999) as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares, como é o caso do panorama sobre o Programa Osasco Recicla.

Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados serão realizados uma pesquisa bibliográfica, documental e um estudo de caso.

O estudo de caso “É uma forma de pesquisa que aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade e pequena amplitude, procurando conhecer em profundidade a realidade de uma pessoa, de um grupo de pessoas, de uma ou mais organizações, uma política econômica, um programa de governo, um tipo de serviço público, entre outros” (ZANELLA, 2012, p. 84).

3.1 Caracterização da Pesquisa

O estudo foi desenvolvido no Município de Osasco, Estado de São Paulo. Este Município está localizado na região metropolitana da cidade de São Paulo e possui uma população estimada para o ano de 2017 em 697.886 milhões de habitantes, conforme o IBGE (BRASIL, 2017).

Também segundo o IBGE, quanto a sua representatividade nacional do PIB (Produto Interno Bruto) Osasco ocupa o 8º lugar, sendo que na região Sudeste a cidade está entre as três mais ricas, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. Já no cenário estadual o município ocupa a 2ª posição, estando atrás somente da cidade de São Paulo e estando à frente

de importantes municípios como Campinas, Guarulhos e Barueri, enfatizando, desta forma, a importância econômica dos setores industrial, comercial e de serviços, que fazem da cidade uma das mais ricas do estado de São Paulo (BRASIL, 2016).

3.2 O objeto de estudo: O Osasco Recicla

O Decreto nº 9976, de 29 de maio de 2008 instituiu o Programa Osasco Recicla de Material Reciclável, a ser desenvolvido com a participação da sociedade civil e tendo como finalidades precípua a defesa e melhoria das condições do meio ambiente, a mudança de costumes e comportamento social e a geração de trabalho e renda.

O Programa Osasco Recicla de Material Reciclável tem os objetivos de estimular à geração de trabalho e renda; fomentar e apoiar à constituição de cooperativas de trabalho, visando à sua consolidação e o aprimoramento de suas atividades; resgate da cidadania, mediante o reconhecimento do direito básico constitucional ao trabalho; difusão e promoção da educação ambiental; defesa do meio ambiente pela coleta seletiva e reciclagem dos resíduos; apoio às cooperativas de trabalho, visando o aprimoramento de suas atividades.

O Programa será voltado para as seguintes políticas públicas: apoio à formação de cooperativas de trabalho; implementação progressiva de coleta seletiva de lixo, por meio das cooperativas de trabalho incubadas; triagem e reciclagem do material coletado em unidades regionais, a serem operadas preferencialmente pelas cooperativas de trabalho incubadas; desenvolvimento de atividades de educação ambiental, incluindo os atuais catadores, iniciados, interessados e a comunidade.

A Secretaria de Obras e Transportes, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, são as responsáveis pela coordenação geral do Programa Osasco Recicla de Material Reciclável, estabelecendo normas e procedimentos de implementação, apoio, controle, acompanhamento e fiscalização.

O Decreto entende por cooperativa o grupo de catadores de material reciclável legalmente constituído, que gerenciará a unidade encarregada de coletar, triar, armazenar e comercializar os resíduos sólidos recicláveis.

As cooperativas de trabalho participantes do Programa terão as atribuições de executar a coleta, a triagem, o armazenamento, a reciclagem e a comercialização dos resíduos sólidos recicláveis, conforme diretrizes a ser estabelecida pelo Programa Osasco Recicla sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Inclusão e da Secretaria de Obras e Transportes.

A receita da comercialização de resíduos sólidos recicláveis reverterá integralmente às cooperativas participantes do Programa.

As diretrizes, compromissos e atribuições das cooperativas, bem como a delimitação de sua área de atuação, serão formalizados em Termo de Convênio a ser celebrado pela Municipalidade, representada pelo Programa Osasco Recicla, sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Inclusão e pela Secretaria de Obras e Transportes, com as cooperativas participantes do Programa. O Termo de Convênio terá o prazo de vigência de 2 (dois) anos, podendo ser renovado, se assim recomendar o interesse público. Somente poderão participar do Programa as cooperativas em que todos os trabalhadores sejam cooperados, não sendo aceitável a inscrição e cadastramento daquelas que contratem empregados para atividades diretamente associadas à coleta e à reciclagem de resíduos sólidos.

3.3 Plano municipal de gestão integrada dos resíduos sólidos de Osasco

Em 10 de junho de 2016, foi sancionada a Lei nº 4.763/2016 que trata do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS) que prevê um conjunto de ações que visam garantir a redução da geração de resíduos e o tratamento adequado para os diferentes tipos de resíduos gerados no município, de maneira a mitigar impactos ambientais, por meio da educação ambiental, da ampliação da política de reciclagem e, ao mesmo tempo, promovendo a qualificação das cooperativas e a inclusão social de catadoras catadores.

O PMGIRS consiste em ações implementadas de forma intersetorial no âmbito do território municipal e prioriza, quando cabível, a articulação regional e está em consonância com conteúdo previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, no artigo 19 da Lei Federal nº 12.305/2010, para os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos.

Compete ao Poder Executivo avaliar e monitorar a implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, comunicando seus resultados ao Conselho Municipal de Política Urbana e Habitacional e ao Conselho Municipal de Defesa de Meio Ambiente.

O PMGIRS terá a duração de 20 (vinte) anos, devendo ser reavaliado a cada 04 (quatro) anos coincidentes com o Plano Plurianual. O Plano de Resíduos de Osasco apresenta 10 eixos de atuação, que correspondem aos principais resíduos gerados no município. Para cada eixo, foram desenvolvidas ações e estratégias (de curto, médio e longo prazo) necessárias ao atendimento dos objetivos de gestão e manejo qualificados desses resíduos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece que os planos devam definir as metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, com vistas a reduzir a quantidade

de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada. Atendendo a essa diretriz, o PMGIRS de Osasco apresenta metas de minimização de resíduos, apontando caminhos para possibilitar tratamentos específicos para diferentes resíduos, especialmente por meio da compostagem caseira e do Programa Osasco Recicla. A inclusão social é uma das principais tônicas do plano, com a coleta seletiva e a educação ambiental em posição de destaque.

3.4 Procedimentos da Pesquisa

A técnica de coleta de dados consiste em entrevistas realizadas com 3 pessoas pertencentes às Secretarias Municipais participantes do Programa Osasco Recicla, utilizando um roteiro semi estruturado, composto por questões abertas e dissertativas (Apêndice A).

Foram entrevistados também 3 pessoas que são os responsáveis pelas cooperativas de reciclagem, utilizando um roteiro semi estruturado (Apêndice B).

Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa.

Para interpretação dos dados obtidos a partir das entrevistas será utilizada a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977).

Foi aplicado um questionário qualitativo aos 48 coletores de material reciclado integrantes das cooperativas que fazem parte do Programa Osasco Recicla, mesclando informações objetivas e subjetivas (Apêndice C). Para tabulação das informações adquiridas serão utilizados gráficos e tabelas.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A apresentação e discussão dos resultados serão dividida em duas partes. Na primeira, a partir de pesquisa documental, será explanado um breve histórico da cidade de Osasco. A segunda parte terá um aprofundamento da caracterização do Osasco Recicla, com a realização de pesquisa documental e entrevistas junto às Secretarias Municipais, aos responsáveis pelas cooperativas e com os cooperados.

4.1 Breve histórico do município de Osasco

O município de Osasco está localizado na Sub-Região Noroeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), composta pelos seguintes municípios: Osasco, Carapicuíba, Jandira, Barueri, Vargem Grande Paulista, Itapevi, Cotia, Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus, possui uma população estimada para o ano de 2017 em 697.886 habitantes, conforme o IBGE (BRASIL, 2017).

Segundo o IBGE, quanto a sua representatividade nacional do PIB (Produto Interno Bruto) Osasco ocupa o 8º lugar, sendo que na região Sudeste a cidade está entre as três mais ricas, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. Já no cenário estadual o município ocupa a 2ª posição, estando atrás somente da cidade de São Paulo e estando à frente de importantes municípios como Campinas, Guarulhos e Barueri, enfatizando, desta forma, a importância econômica dos setores industrial, comercial e de serviços, que fazem da cidade uma das mais ricas do estado de São Paulo (BRASIL, 2016).

O território do município de Osasco possui formato aproximado ao de um losango, mais extenso no eixo norte-sul, com cerca de 17 km, e menos extenso no sentido leste-oeste, com no máximo 7 km. A área totaliza 64,95 km², aproximadamente 0,8% do território da RMSP, possuindo, contudo, cerca de 3,3% da sua população. O município faz limite a norte e a leste com o município de São Paulo, ao sul com o município de Taboão da Serra e a oeste com os municípios de Cotia, Carapicuíba, Barueri e Santana de Parnaíba.

A população estimada para o ano de 2017 é de 697.886 habitantes, conforme o IBGE (BRASIL, 2017). Atualmente, o município de Osasco é 100% urbano, com densidade demográfica igual a 10.322,03 habitantes/km², sendo uma das cinco cidades mais populacionalmente densas do país.

Em termos de infraestrutura urbana, segundo o IBGE, em 2010, os habitantes de Osasco residiam em 201.894 domicílios, o que representa uma média aproximada de 3,4

moradores por domicílio com acesso aos serviços urbanos de água (99,1%) e coleta de esgoto (90,4%), energia elétrica (99,9%) e coleta de lixo (99,2%). Do total de domicílios, 21.505 deles apresentavam alguma condição precária de infraestrutura urbana, o que corresponde a 10,7% das moradias da cidade.

Os indicadores sociais apontam a progressiva melhora da qualidade de vida no município. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 1991 era de 0,572, já em 2010, o IDH-M de Osasco era de 0,776. Com relação ao Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), Osasco classificou-se no Grupo 2, que agrega os municípios bem posicionados na dimensão riqueza, mas com deficiência em pelo menos um dos indicadores sociais.

Osasco se divide, oficialmente, em 60 bairros, que, agrupados pelo Censo Demográfico de 2010, correspondem a 18 Áreas de Ponderação (AP).

4.2 Caracterização do Programa Osasco Recicla

Em Fevereiro de 2005 a Prefeitura Municipal de Osasco criou através da Portaria 004/2005 um Grupo de Trabalho Inter-Secretarial, denominado G.T. Reciclagem, composto pelas secretarias de: Assistência e Promoção Social; Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão; Educação; Habitação e Desenvolvimento Urbano; Meio Ambiente; Obras e Transportes e Saúde, comprometidas com a problemática sócio ambiental dos resíduos sólidos.

Esse grupo de trabalho foi constituído com o objetivo de propor uma política pública de reciclagem dos resíduos sólidos domiciliares para o município de Osasco, já que havia a necessidade de elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico e dentre seus eixos estão: Resíduos Sólidos, Drenagem, Água, Esgoto; e o Programa de Economia Solidária, cuja competência está no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, que estava se estruturando.

O produto do trabalho do GT Reciclagem resultou no desenvolvimento do Programa Osasco Recicla, instituído formalmente através do Decreto nº 9.976/2008. Ao longo dos anos houve vários avanços institucionais que apoiariam a implementação do programa como: a Política de Fomento à Economia Popular e Solidária, instituída através da Lei nº 3978/2005; o Plano Municipal de Saneamento Básico, aprovado pelo Decreto nº 9758/2007; a Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários, criada pelo Decreto nº 9823/2007 e a aprovação, em 2007, de um projeto de apoio à formação de cooperativas de materiais recicláveis financiado pela FUNASA.

O objetivo principal do Programa Osasco Recicla é a implantação progressiva da coleta seletiva e a geração de trabalho e renda para as cooperativas de catadores tendo em vista “a defesa e melhoria das condições do meio ambiente, a mudança de costumes e comportamento social e a geração de trabalho e renda” (Art. 1º do Decreto nº 9.976/2008).

Para tal, estruturou-se a partir de uma Secretaria Executiva composta pela Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho e Inclusão (SDTI) e a Secretaria de Serviços e Obras (SSO), responsável pela coordenação geral do programa. Já à SDTI compete a execução da Política de Fomento a Economia Popular e Solidária e a SSO compete à gestão da coleta dos resíduos recicláveis, há ainda um Comitê Consultivo o qual contaria com a participação de representantes da sociedade civil, das cooperativas de reciclagem e de conselhos setoriais. Sendo que a avaliação, acompanhamento e controle da execução do Programa Osasco Recicla contaria com a contribuição de quinze órgãos da prefeitura, dentre secretarias, coordenadorias e departamentos.



Figura 3: Organograma da Secretaria Executiva do Programa Osasco Recicla

Fonte: PMO

A Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI) é responsável pela incubação e assessoria técnica às cooperativas. Faz um acompanhamento *in-loco*, cotidianamente, o que contribui para o estabelecimento de um vínculo com os cooperados e

possibilita o acesso a informações a respeito da gestão, produção, comercialização, conflitos internos e com as outras pastas da prefeitura.

A Secretaria de Serviços e Obras (SSO) é responsável pela gestão dos caminhões que realizam a coleta seletiva, assim como a manutenção dos equipamentos e pequenas obras no galpão de triagem.

O programa Osasco Recicla atende um território onde reside cerca de 34,7% da população, cobrindo quase integralmente os bairros City Bussocaba, Padroeira, Jardim Roberto, Cidade das Flores, Pestana, Vila Yolanda, Km 18, Quintauna, Vila Militar, Presidente Altino, Industrial Remédios, Remédios, Ayrosa, Rochale, Piratininga, Iapi, Aliança e Mutinga.

A Coleta Seletiva ocorre basicamente por meio de coleta porta-porta, realizada pela Prefeitura (em sua maior parte) e pela Ecosasco, a mesma empresa que opera a coleta convencional no município. A coleta ocorre de segunda a sábado por roteiro pré-definido, passando em cada bairro uma vez por semana. A coleta é realizada com quatro caminhões, sendo três da Prefeitura, e um da Ecosasco. A coleta é realizada com um motorista e dois auxiliares por caminhão.



Figura 4: Caminhão utilizado na coleta de materiais potencialmente recicláveis

Fonte: PMO

Esta estratégia de implantação foi planejada de modo a combinar três fatores: sustentabilidade econômica das centrais, progressiva oferta dos serviços a toda a população e compatibilização com o sistema de limpeza pública implantado no município de Osasco.

Atualmente o Programa Osasco Recicla realizada a coleta de resíduos secos em grande geradores, sem custo. Uma amostra de 25 destes grandes geradores atendidos pela coleta seletiva pode ser observada no Mapa a seguir.

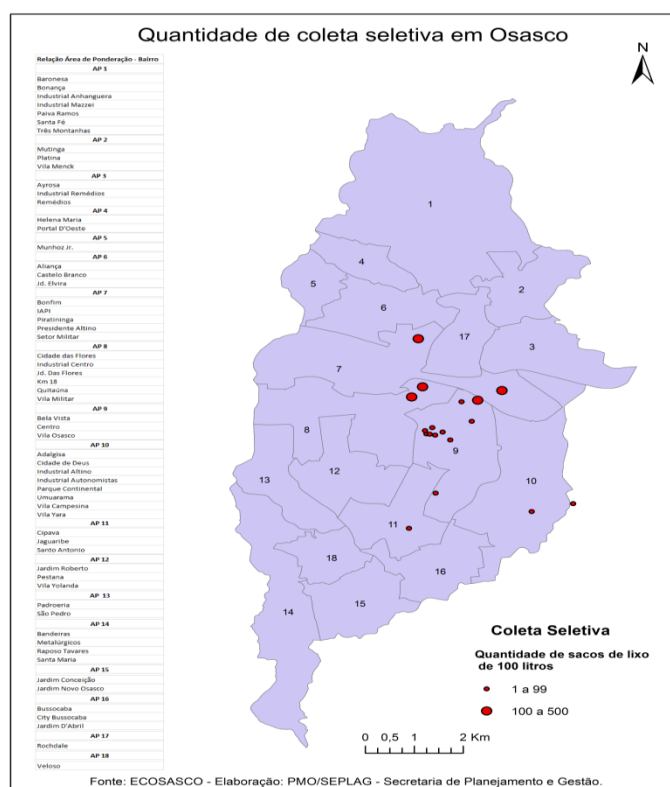


Figura 5: Mapa dos Grandes Geradores de Resíduos de Osasco que participam da coleta seletiva de resíduos sólidos, 2014

Fonte: PMO.

Todo o material oriundo da coleta seletiva, porta a porta e grandes geradores, é destinado às três cooperativas de catadores vinculadas ao Programa Osasco Recicla, são elas a CooperMundi, a CooperNatuz e a CooperAreis. No total, estima-se a atuação de 55 trabalhadores atuando nas cooperativas de reciclagem. Há uma grande instabilidade quanto à composição das cooperativas de catadores, em função da alta rotatividade entre os cooperados, devido às características do segmento. Não há dados de quantos catadores avulsos - isto é, não organizados em cooperativas – atuam no município.

É de responsabilidade do programa organizar as rotas e a destinação dos resíduos às três cooperativas supra citadas, através da articulação entre as secretarias, SDTI e SSO, e as cooperativas fortalecendo o diálogo entre todos.

Do total de 760 toneladas/dia de resíduos sólidos (lixo) coletados em Osasco, estima-se que algo em torno de 481 toneladas seja de resíduos que poderiam ser recicláveis. Apesar deste grande potencial econômico, apenas 5,35 ton/dia do montante coletado são atualmente encaminhados às centrais de reciclagem que funcionam no município – e deste montante 3,71 ton/dia são processados (o restante torna-se rejeito que é encaminhado ao aterro municipal). Este montante corresponde a somente 1,4%, do montante de potenciais recicláveis.

Como podemos observar na tabela 1, houve uma crescente na quantidade da coleta seletiva e de material reciclado nos anos de 2012, 2013 e 2014, havendo um decréscimo em 2015. Nos anos de 2016 e 2017 novamente nota-se um acréscimo na quantidade de toneladas coletadas e recicladas.

De acordo com os dados apresentados nota-se a relação positiva entre a quantidade de material recolhido na coleta seletiva e do material reciclado, indicando que o aumento da coleta seletiva acarreta no aumento da reciclagem de materiais, colaborando assim para uma melhoria das condições do meio ambiente.

ANO	COLETA SELETIVA (TONELADAS)	MATERIAL RECICLADO (TONELADAS)
2012	799432	11192
2013	1109193	15528
2014	1362007	19068
2015	954258	13359
2016	1432752	20058
2017	1717582	24046

Tabela 1 – Dados da coleta seletiva e material reciclado em Osasco

Fonte: Prefeitura Municipal de Osasco

O Programa Osasco Recicla tem sido potencializado pelo Contrato de Concessão nº 13.2.0560.1/2013 firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), no montante de R\$ 13.088.000,09, cujo objetivo é a realização da gestão integrada, compartilhada, sustentável e solidária dos resíduos sólidos no município que se viabilizará a partir da implementação das dezessete ações descritas no quadro abaixo.

Tabela – Ações do Contrato de Concessão nº 13.2.0560.1/2013

Nº	Ações
1	Realização de pesquisa para quantificar e definir o perfil de catadores e de todos os atores na atual cadeia de recicláveis de Osasco.
2	Remuneração dos serviços de coleta seletiva de porta em porta à concessionária através do contrato de PPP.
3	Estruturação e implantação da Coleta Seletiva em Grandes Geradores – veículos, equipamentos e acessórios.
4	Estruturação e implantação do serviço de Coleta Especial no Centro Expandido de Osasco.
5	Estruturação e implantação dos Ecopontos - estruturação do serviço de Zeladoria a ser prestado pela cooperativa.
6	Remuneração de convênio firmado com a Cooperativa para zeladoria dos Ecopontos.
7	Estruturação da Coleta Seletiva de porta em porta para atendimento de 100% da população, instalação de Postos de Entrega Voluntária - PEV e demais equipamentos necessários.
8	Reforma e reestruturação das duas Centrais de Triagem - CT existentes, financiadas pela FUNASA - Construção de área de armazenagem de material bruto proveniente das coletas, adaptação e ajustes na esteira de triagem, instalação de equipamentos de transporte e outros.
9	Construção e estruturação da terceira Central de Triagem - CT, com dotação de infra-estrutura necessária para operações de triagem e armazenagem.
10	Estruturação e implantação da Unidade de Gestão Estratégica - UGE do Programa Osasco Recicla.
11	Estruturação e implantação de um Centro de Referência do Programa Osasco Recicla para a gestão de resíduos e cultura do consumo sustentável.
12	Estruturação administrativa das cooperativas (Centrais de Triagem - CT) e da UGE.
13	Engenharia Social - Incubação de EES.
14	Contratação de consultoria especializada para capacitação profissional de cooperados.
15	Despesas de custeio dos equipamentos financiados pelo projeto.
16	Projeto de Comunicação Social.
17	Para absorver possíveis variações em preços de materiais e equipamentos, bem como financiar gastos imprevistos que sejam imprescindíveis para a boa execução do projeto

Essas dezessete ações estavam previstas para início da execução em 2015.

4.3 Programa Osasco Recicla e sua interface com as secretarias municipais

Para melhor compreensão sobre a caracterização do Programa Osasco Recicla, foram entrevistadas 3 pessoas, pertencentes às Secretarias Municipais participantes do mesmo, utilizando um roteiro semi estruturado, composto por 12 questões abertas (dissertativas). Os respondentes ocupam cargos de Gestor Ambiental na Secretaria do Meio Ambiente, Chefe de Divisão na Secretaria de Serviços e Obras, Coordenador do Osasco Recicla e Técnico em Resíduos Sólidos na Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão da Prefeitura Municipal de Osasco.

Visando preservar a identidade dos entrevistados, os mesmos serão nomeados como sendo: entrevistados A, B e C.

Partindo da concepção sobre o que é o Programa Osasco Recicla, os entrevistados o caracterizaram como sendo o Programa responsável pela captação de resíduos sólidos recicláveis e pela implantação da coleta seletiva em Osasco com o objetivo da inclusão social dos catadores, geração de renda e a destinação final do lixo não ser o aterro.

Quando questionados sobre os motivos pelo quais surgiu o Osasco Recicla, os entrevistados, de forma geral, apontaram a necessidade do gerenciamento de Resíduos Sólidos no Município, por meio da coleta seletiva. O entrevistado A enfatizou que “surgiu com o objetivo de garantir com que 100% do que é gerado de lixo pelos municípios seja transferido de forma correta e saudável”, já o entrevistado B disse que o programa surgiu devido “a demanda e o crescimento da cidade, o descarte irregular em vias públicas, e ao aumento no custo da limpeza urbana”, enquanto para o entrevistado C por “possuir um único aterro em Osasco e estando prestes a ser encerrado”.

Ao se perguntar qual a relação entre o Osasco Recicla e as Secretarias da Prefeitura percebe-se que cada Secretaria tem a sua especificidade. As Secretarias diretamente envolvidas com o Osasco Recicla são: a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI), responsável pelo processo de incubação e organização das cooperativas, gestão do negócio, fiscalizar as obras e prazos; a Secretaria de Serviços e Obras responsável pela

logística, toda a implantação e todo o acompanhamento técnico das cooperativas e da coleta; a Secretaria do Meio Ambiente é a principal gestora do programa, ela que determina as diretrizes que o programa tem que seguir.

Quando questionados se o programa está atingindo os objetivos desejados os entrevistados responderam de uma maneira geral que sim, porém segundo o entrevistado A “de uma forma muito devagar, porque envolve dinheiro federal e municipal”, já o entrevista B respondeu que “atinge um percentual esperado, mas não desejado ainda” e o entrevistado C “não no tempo pretendido pois hoje só conseguimos reciclar 30%”.

Quando questionados sobre os benefícios alcançados pelo Osasco Recicla, as respostas apontaram para a inclusão social e de renda dos cooperados, com a retirada de mais de 100 pessoas das ruas, colocando-os em um local que façam uso de IPI's e higienização nas centrais de triagem e que o material coletado não seja enterrado, e a questão do meio ambiente com a redução de matérias primas.

Com relação às dificuldades na Implantação do Programa, as respostas foram o crescimento demográfico, e o mapeamento da cidade de Osasco e a burocracia.

Ao se questionar quais são os desafios para integrar o Osasco Recicla com as diferentes Secretarias, existe um consenso entre as respostas de que a maior destes está na articulação intersecretarial. O entrevistado A considera que um desafio é a mudança de Prefeito e secretários, pois prejudica o desenvolvimento do projeto, já o entrevista B acha a mudança nas Secretarias dificulta o processo, pois tem que escolher novos envolvidos, novos suplentes, novos presidentes. O entrevistado C diz que o maior desafio é a falta de interligação das secretarias.

Na questão do Programa estar adequado às exigências das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, todos os entrevistados foram unânimes em dizer que sim quanto à adequação e que existe uma fiscalização muito forte por parte da Cetesb para cumprimento das normas, assim como um plano de resíduos na cidade e que o programa trabalha com a lei 12.305/10.

Ao se perguntar quais os principais atores sociais estão envolvidos no Programa Osasco Recicla foram citados o Prefeito, os catadores, o BNDES, FUNASA, além das pessoas capacitadas para a gestão das cooperativas.

Os questionamentos referentes às ações e contrapartidas assumidas na parceria entre o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e a Prefeitura de Osasco visando à gestão de resíduos sólidos foram explicitadas as seguintes respostas: o entrevistado A respondeu que “a parte do BNDES é fornecer o dinheiro do repasse para que as obras sejam efetuadas de forma

correta e cumpra a sua finalidade que é 100% da cidade de Osasco estar com seu material reciclado e tramitado junto às cooperativas, por sua vez a Prefeitura cede os terrenos e recursos para cumprir o projeto”. O entrevistado B enfatiza que “o BNDES investe para ver acontecer, colocando metas que temos que prestar contas do que está acontecendo ao longo do programa e a prefeitura por sua vez tem que mostrar o que está acontecendo e o retorno é a benfeitoria pro município”. Ainda com relação às ações e contrapartidas entre o BNDES e a Prefeitura, para o entrevistado C “o convênio com o BNDES tem um montante de 13,5 milhões, onde o BNDES entra com 6,5 milhões e a contrapartida da Prefeitura os outros 6,5 milhões com 17 ações e em cada ação há um parâmetro do que cabe ao BNDES e o que cabe a Prefeitura”.

Os entrevistados foram questionados sobre quais seriam as facilidades e dificuldades desta parceria. De forma geral, as facilidades apontadas pelos entrevistados foram os recursos para o desenvolvimento do Projeto Osasco Recicla, que o BNDES é muito criterioso, quando a Prefeitura atinge determinada meta ele dá o suporte financeiro, segundo o entrevistado A “existem ações que são colocadas, o que deve ser feito, quando deve ser feito, por quem, como, quanto vai gastar e as partes envolvidas, manda-se o projeto pro BNDES, eles pré aprovam este projeto, o projeto volta, delegamos um grupo de trabalho, quando enfim fazem a aprovação da renda para fazer acontecer o programa”, já a dificuldade existente hoje por parte da Prefeitura é o envolvimento de muitos interlocutores que não dispõem de tempo para se reunirem e cumprir a parte do programa Osasco Recicla.

Ao analisar as respostas dadas pelas pessoas pertencentes às Secretarias Municipais participantes do Programa observa-se que a maior dificuldade para o um melhor desempenho do programa está na falta de sinergia entre as secretarias.

Quanto aos objetivos do programa estarem sendo alcançados percebe-se que isto não está ocorrendo totalmente, pois a quantidade de material reciclado atinge somente 30% do total recolhido.

Percebe-se que em relação às políticas de Resíduos Sólidos o programa está totalmente adequado. Quanto a parceria entre o BNDES e a Prefeitura existe um consenso entre os entrevistados que esta parceria está se desenvolvendo de maneira muito satisfatória.

De uma maneira geral a implementação do programa no que diz respeito às secretarias envolvidas tem se desenvolvido de maneira satisfatória mas com algumas intercorrências que dificultam e atrasam o andamento do mesmo.

4.4 Entrevistas realizadas com os responsáveis pelas cooperativas participantes do Programa Osasco Recicla

As Cooperativas integrantes do Programa Osasco Recicla são três: CooperAreis, CooperMundi e CooperNatuz. Esta pesquisa abrangeu aspectos da administração das cooperativas assim como seu funcionamento.

Foram entrevistadas 3 pessoas que são as responsáveis pela administração das cooperativas citadas, visando preservar a identidade dos entrevistados, os mesmos serão nomeados como sendo: entrevistados D, E e F.

Quando perguntados por qual cooperativa era responsável, o entrevistado D respondeu ser responsável pela CooperAreis, o entrevistado E responsável pela CooperNatuz e o entrevistado F respondeu ser responsável pela CooperMundi.

Sobre o volume recebido de resíduos sólidos recicláveis em suas cooperativas por mês o entrevistado D respondeu que são recebidas aproximadamente 33 toneladas por mês, enquanto o entrevistado E disse receber 70 toneladas/mês. Já o entrevistado F disse não poder responder a pergunta, pois não tinha como afirmar um número preciso.

Quanto ao volume de resíduos terem aumentado ou diminuído após a implantação do programa os entrevistados foram unânimes em dizer que após a implantação do programa aumentou, porém no momento está tendo uma diminuição da quantidade.

Ao se perguntar o quanto do total recebido é rejeito o entrevistado D disse que é em torno de 20%, já o entrevistado E afirmou que é em torno de 30%. O entrevistado F fala em 40%.

Quanto ao destino destes rejeitos todos afirmaram que é o aterro sanitário da cidade.

Os entrevistados foram questionados como é a parceria entre as Cooperativas e a Prefeitura de Osasco. O entrevistado D afirmou que hoje a parceria consiste em a Prefeitura ceder um caminhão da EcoOsasco para levar os materiais até a cooperativa e também 1 caminhão que vai 2 vezes por semana fazer os grandes geradores. O entrevistado E disse que a Prefeitura fornece equipamentos e pessoas para treinar os cooperados a fazer um trabalho organizado na empresa. Já o entrevistado F disse que a parceria é estável, que a Prefeitura entra com o galpão, com alguns equipamentos, o caminhão, o motorista do caminhão, o diesel, paga as contas de água e luz.

Em relação a como é realizada a administração das cooperativas os entrevistados no geral responderam que existe 1 pessoa que administra, fazendo o controle das folhas, da entrada dos materiais, das comercializações dos materiais e da contabilidade.

Quando perguntado como é revertida a receita da comercialização dos resíduos pela cooperativa todos os entrevistados afirmaram que depois de triados os materiais, prensados e comercializados e no final do mês têm o valor da venda que é rateado entre todos os cooperados de acordo com as horas trabalhadas.

Ao se perguntar se todos os trabalhadores são cooperados, os entrevistados responderam que sim.

O questionamento referente ao funcionamento do programa em relação a sua capacidade e se funciona como deveria, obteve respostas variadas, mas com a mesma conclusão: o funcionamento do programa está aquém do que deveria, pois falta manutenção nos equipamentos por parte da prefeitura e a capacidade das cooperativas está subdimensionada em relação à quantidade de pessoas que poderiam estar trabalhando.

Ao se analisar as respostas prestadas pelas pessoas responsáveis pelas cooperativas participantes do programa há indícios que a capacidade de operação das cooperativas está subdimensionada tanto na capacidade de receber materiais quanto em relação à quantidade de pessoas que poderiam estar trabalhando. Em relação à parceria das cooperativas com a Prefeitura nota-se que esta parceria consiste em a Prefeitura ceder equipamentos e pessoas para o treinamento dos cooperados assim como dar assistência aos responsáveis pelas cooperativas em áreas da administração das mesmas. Uma questão positiva é a que todos os trabalhadores são cooperados, o que traz uma maior segurança a eles.

4.5 Entrevistas realizadas junto aos cooperados das Cooperativas integrantes do Programa Osasco Recicla

Nas cooperativas trabalham 48 cooperados que foram objetos desta pesquisa, que abrangeu qualidade de vida, participação política, aspecto econômico e conscientização ambiental. Deste total 35 (73%) são mulheres e 13 (27%) são homens.

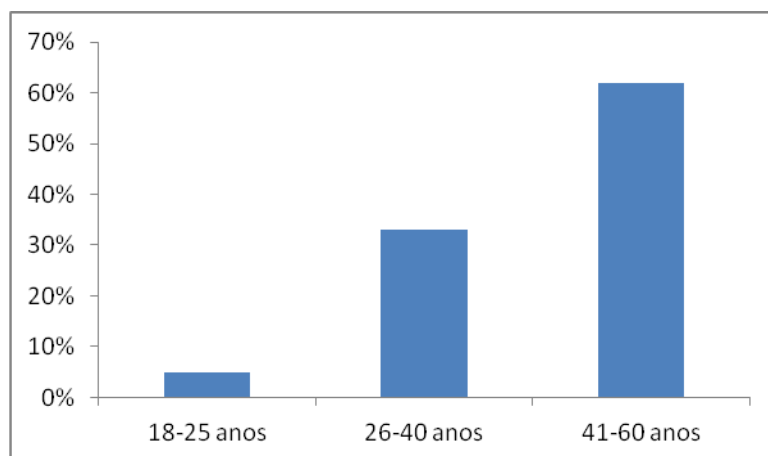


Figura 6 – Faixa etária dos cooperados

Fonte: A autora (2018)

Observa-se conforme a figura 23 que a idade dos catadores que trabalham nas cooperativas encontra-se em maior número na faixa de 41 a 60 anos.

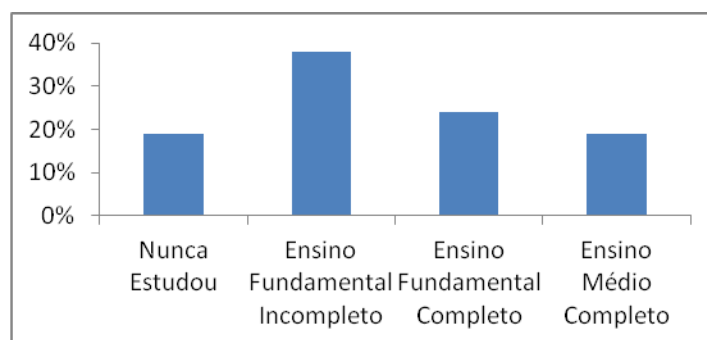


Figura 7 – Índice de escolaridade dos cooperados

Fonte: A autora (2018)

De acordo com a figura 24 a maioria dos cooperados possui o ensino fundamental incompleto, embora o número de pessoas que nunca estudou também seja elevado.

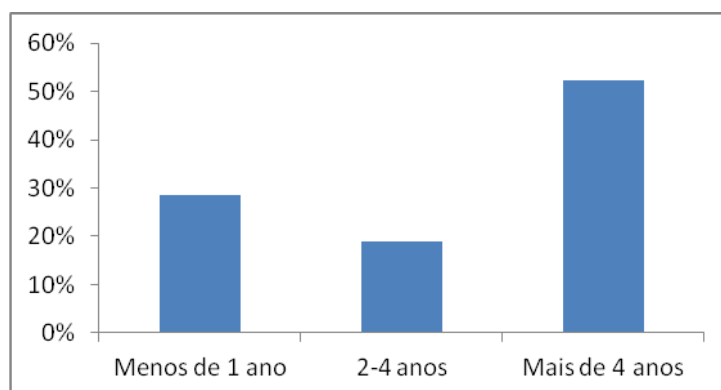


Figura 8 – Tempo de trabalho na cooperativa

Fonte: A autora (2018)

Grande parte dos cooperados trabalha nas cooperativas desde a implantação destas. Há um número considerável de pessoas que entraram recentemente nas cooperativas.

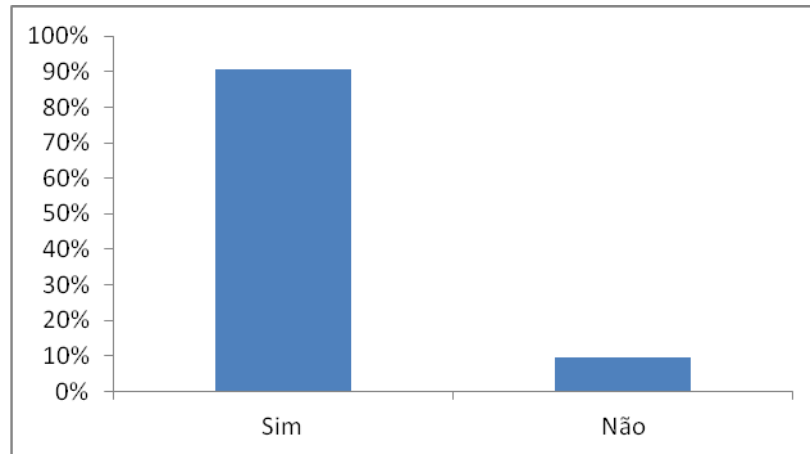


Figura 9 – Melhora na situação financeira

Fonte: A autora (2018)

A maioria dos cooperados apresentou melhora na sua situação financeira. O fato de contar com uma renda mensal permitiu um melhor planejamento financeiro.

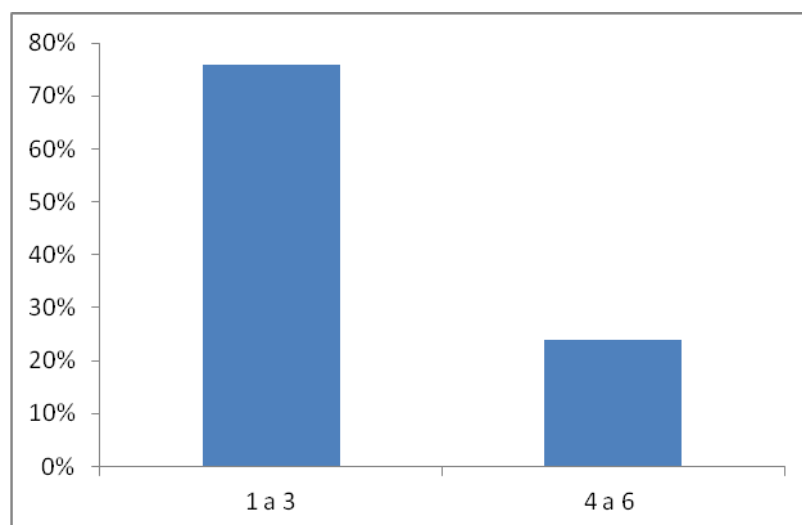


Figura 10 – Número de pessoas por residência

Fonte: A autora (2018)

Observa-se que a maioria das residências possui de 1 a 3 moradores e que normalmente há uma única fonte de renda do cooperado.

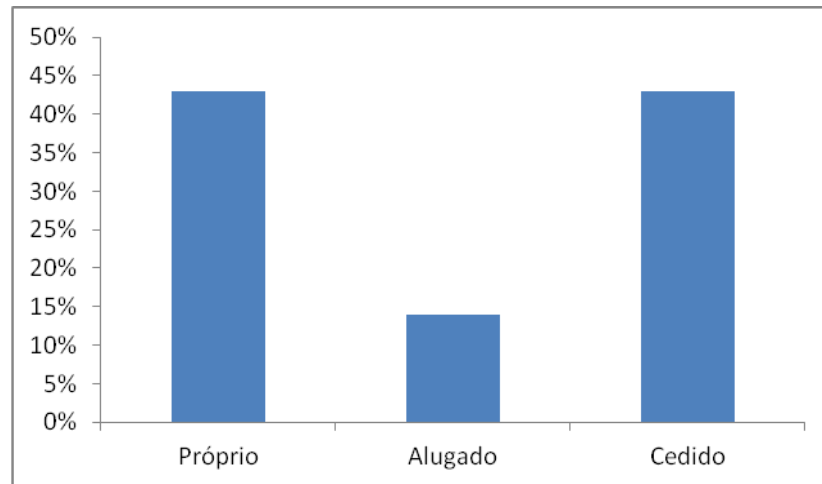


Figura 11 – Situação do imóvel

Fonte: A autora (2018)

Conforme demonstra a figura 28 o percentual de imóveis próprios e cedidos é igual. Ressalte-se aqui que quando se fala em imóvel cedido, são os imóveis localizados em áreas de invasão em que os moradores não possuem a titularidade do imóvel, mas também não pagam aluguel.

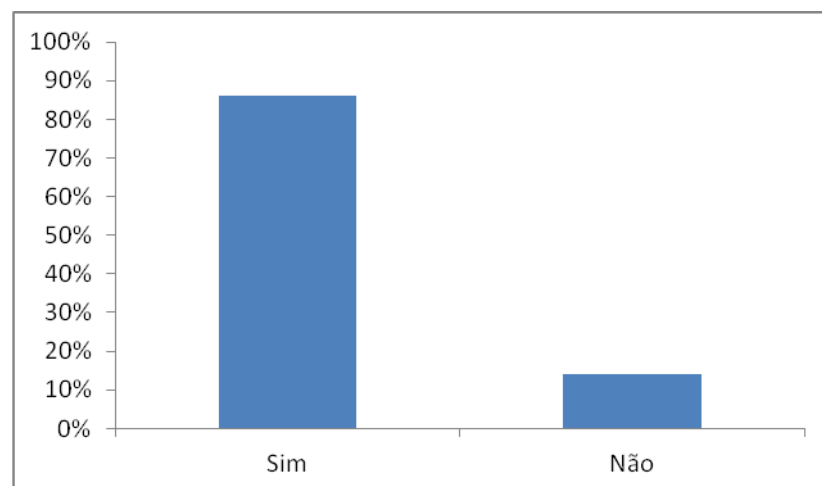


Figura 12 – Melhora na saúde

Fonte: A autora (2018)

A melhora na saúde da grande maioria dos cooperados é devido as melhores condições de trabalho proporcionado pelo espaço físico coberto, horário certo para alimentação, benefícios estes que os cooperados não encontravam trabalhando como catadores nas ruas.

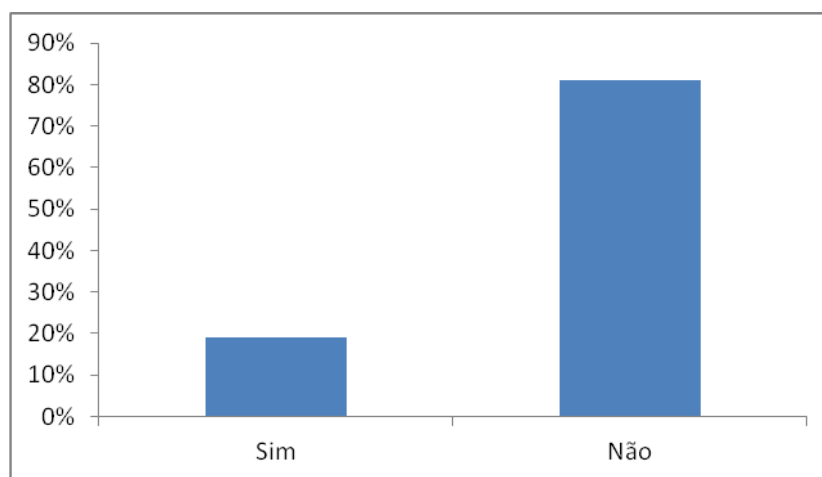


Figura 13 – Preconceito em relação à profissão

Fonte: A autora (2018)

O preconceito em relação ao trabalho exercido pelos cooperados para a maioria não acontece. A maior conscientização por parte da população em relação a questões ambientais é a responsável por esta condição.

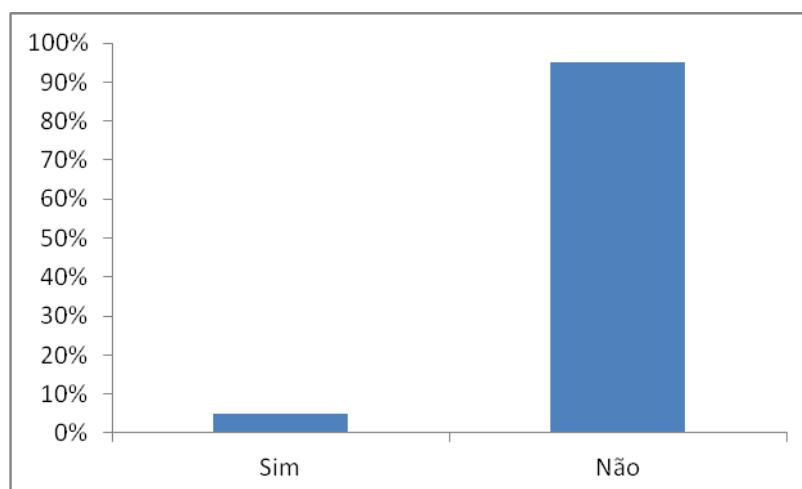


Figura 14 – Participação em movimento de melhoria da profissão

Fonte: A autora (2018)

A participação em movimentos para a melhoria da profissão é mínima, isto demonstra a necessidade de conscientização dos cooperados com a criação de espaços para esta conscientização.

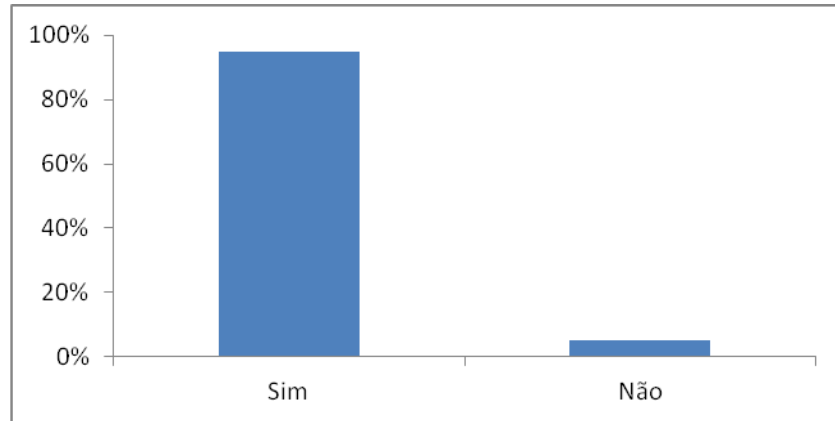


Figura 15 – Importância da profissão para o meio ambiente

Fonte: A autora (2018)

Quanto ao reconhecimento da importância da profissão que exercem para o meio ambiente, a maioria quase a totalidade é consciente da importância.

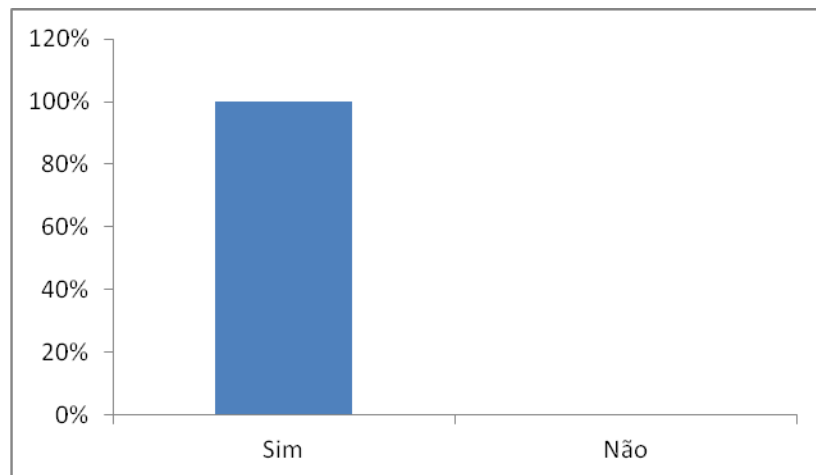


Figura 16 – Melhora da vida após a implantação da cooperativa

Fonte: A autora (2018)

A totalidade dos cooperados demonstrou que suas vidas melhoraram após a implantação das cooperativas.

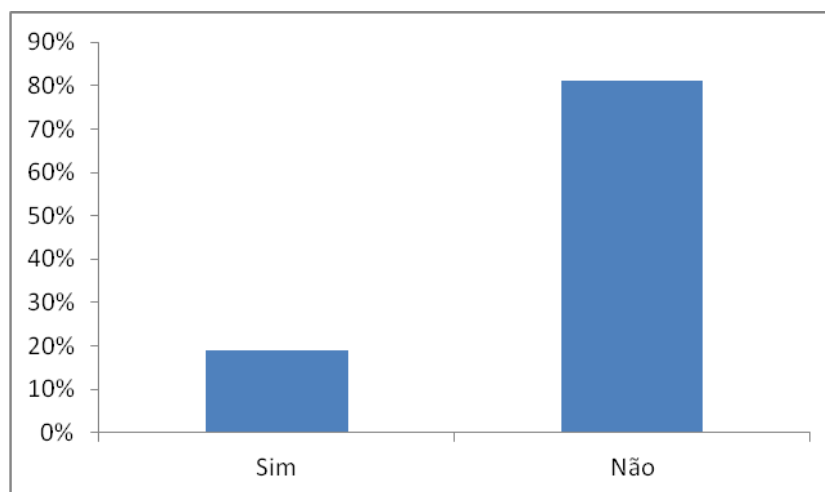


Figura 17 – Apoio do poder público

Fonte: A autora (2018)

Conforme mostra a figura 34 a maioria dos cooperados considera que o apoio o poder público deixa muito a desejar, pois falta manutenção das cooperativas, assim como dos equipamentos e a infra estrutura das cooperativas deveria ser melhor.

Analisando os questionamentos realizados aos trabalhadores das cooperativas conclui-se que houve uma melhora na vida da totalidade deles, que o índice de escolaridade é baixo e que a maioria é mulher. A permanência destes trabalhadores nas cooperativas contribui também para uma melhora na situação financeira e também acarreta uma melhora na saúde dos mesmos, pois trabalham em condições melhores e salubres. Ficou claro também que a maioria dos trabalhadores reconhece a importância da sua profissão para uma melhoria do meio ambiente assim como consideram que não há preconceito em relação à sua profissão.

Outra característica que ficou evidente após os questionamentos é que a participação do poder público poderia ser muito mais eficaz e presente o que acarreta uma diminuição da capacidade de trabalho dos cooperados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) contempla os princípios da sustentabilidade e propõe a adequação de políticas públicas nos diferentes setores da sociedade visando o decréscimo na geração de resíduos.

O Programa Osasco Recicla é bastante inovador para a cidade de Osasco, pois integra questões sociais, econômicas e ambientais, no sentido em que tirou das ruas uma legião de catadores inserindo-os no formato de gestão de cooperativismo com uma proposta de economia solidária, alternativas conscientes para os impasses sociais do Município. A implantação da coleta seletiva é um formato de gestão participativa que contempla o envolvimento de diferentes atores sociais por meio de um processo educativo de sensibilização e conscientização da sociedade.

A prioridade do tema relacionado à gestão de resíduos sólidos para o Município de Osasco fica patente quando se constata que a implantação do programa já vinha sendo efetuada antes do surgimento da PNRS. Contudo, percebe-se que o Programa não apresenta uma estrutura bem definida no que se refere ao Plano Intersecretarial. Conforme fala dos próprios funcionários das secretarias entrevistados, as secretarias não tem sinergia, o que dificulta as ações.

Há uma série de ações que estão sendo estudadas e segundo a Prefeitura serão colocadas em prática nos próximos meses, como a instalação de Ecopontos pela cidade com a finalidade de receber os resíduos sólidos produzidos pela população. Há também uma campanha de conscientização da população em relação aos PEVs – Ponto de Entrega Voluntária, que são dispositivos (coletores) instalados em locais com grande fluxo de pessoas e de fácil acesso, parques, escolas, universidades e outros equipamentos públicos. Os materiais recicláveis depositados nos PEVs são encaminhados às Cooperativas integrantes do Programa Osasco Recicla.

Apesar da implantação do programa ter sido um grande passo da cidade em relação à sustentabilidade e melhoria do meio ambiente, a eficácia do programa fica prejudicada quando se percebe que a coleta seletiva não ocorre na totalidade dos bairros da cidade de Osasco.

A presente pesquisa demonstrou que a inclusão dos catadores em cooperativas foi um passo importante na manutenção da vida social e econômica dessas pessoas, dando-lhes

segurança no trabalho e um aporte financeiro no final de cada mês. Vê-se uma melhoria significativa na vida delas tanto no aspecto econômico, social e de saúde.

A segurança financeira que se criou para os cooperados com a implantação das cooperativas deu uma melhor qualidade de vida a eles. A segurança no trabalho também é causa de uma melhoria na autoestima dos cooperados assim como na sua saúde. A certeza de poder ir para um trabalho todos os dias, desenvolver um trabalho com segurança e dignidade para os cooperados é de suma importância e melhorou muito suas vidas.

Ficou claro que a parceria entre o BNDES e a Prefeitura tem sido conduzida de maneira mais eficaz por parte do BNDES e que a Prefeitura não tem cumprido de maneira satisfatória com a parte que lhe cabe nesta parceria.

Desta forma chega-se a conclusão de que o Programa Osasco Recicla, apesar de inovador para Osasco, ainda tem aspectos que devem ser melhorados como a implantação da coleta seletiva na totalidade da cidade, assim como a conscientização da população quanto aos benefícios da coleta seletiva e da reciclagem que devem ser passados através de campanhas de incentivo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. L. A. Reto e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05/05/2018.

_____. IBGE . **Pesquisas**: Produto Interno Bruto dos Municípios. 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/osasco/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. IBGE. . **Estatísticas**: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB. 2008. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/meio-ambiente/9073-pesquisa-nacional-de-saneamento-basico.html?edicao=18098&t=publicacoes>>. Acesso em: 05 maio 2018.

_____. IBGE. **População**: Estimativa de população. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Presidência da República: Casa Civil, Brasília, DF, 2 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em 17 março 2018.

CEMPRE (São Paulo) (Org.). **Ciclossoft 2016**. 2016. Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclossoft/id/8>>. Acesso em: 12 maio 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.

GALBIATI, A. F., **O gerenciamento integrado de resíduos sólidos e a reciclagem**. 2004. Disponível em: <<http://www.limpezapublica.com.br/textos/97.pdf>> Acesso em: 12 maio 2018.

GONÇALVES, P. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A: FASE, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/10341-diagnostico-municipios>> Acesso em 15 maio 2018.

JARDIM, P. W. R. **Educação ambiental**. São Paulo: Ática, 2005.

MATTOS, N. S.; GRANATTO, Suzana Facchini. **Lixo: problema nosso de cada dia: reciclagem, e uso sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OSASCO. **Decreto nº 9976, de 29 de maio de 2008**. Osasco, SP, Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/o/osasco/decreto/2008/998/9976/decreto-n-9976-2008-institui-o-programa-osasco-recicla-de-material-reciclavel>>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. **Lei Ordinária nº 4763, de 10 de junho de 2016**. Osasco, SP, Disponível em: <<http://www.osasco.sp.gov.br/portal-da-transparencia>>. Acesso em: 12 maio 2018.

PARANÁ. Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais Municipais. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (sema). **O que são Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPublicas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PASSOS, P. N. C. **A conferência de estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente**. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba, v. 6, n. 6, p.1-25, 2009. Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/issue/view/6/showToc>>. Acesso em: 06 maio 2018.

PEREIRA, A. C.; SILVA, G. Z.; CARBONARI, M. E. E. **Sustentabilidade na prática: fundamentos, experiências e habilidades**. Valinhos: Anhanguera Publicações Ltda, 2011, 224 p.

PIZARRO, L. **Brasil perde R\$ 120 bilhões por ano ao não reciclar lixo**. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/capa/economia/brasil-perde-r-120-bilhoes-por-ano-ao-nao-reciclar-lixo-1.1423628>>. Acesso em: 12 maio 2018.

PNUD. **Educação Ambiental na Escola e na Comunidade**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ONU, 1998.

REIS, C.M. L. R. **Reflexões sobre o conceito e o regime jurídico das políticas públicas**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/45637/reflexoes-sobre-o-conceito-e-o-regime-juridico-das-politicas-publicas/1>>. Acesso em 11 maio 2018.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo Atlas: 1999.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. 2. Ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2012, 128 p.

SILVA, C. L.; BIERNASKI, I. **Avaliação das políticas públicas de resíduos sólidos em três metrópoles brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU) [online]. Vol. 11, n. 1, pp. 38-61, 2017. Disponível em: < <https://www.revistaaber.org.br>>. Acesso em 08 de maio 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VILHENA, A. **Guia da Coleta Seletiva de Lixo**. São Paulo: CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem, 1999. Ministério do Meio Ambiente. Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/manual_de_residos_solidos3003_182.pdf > Acesso em: 20/03/2018.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. 160 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com pessoas pertencentes às Secretarias Municipais participantes do Programa Osasco Recicla.

- 1- A qual Secretaria você pertence e qual seu cargo ou função?
- 2- O que é o Programa Osasco Recicla?
- 3- Por quais motivos surgiu o Programa Osasco Recicla?
- 4- Qual é a relação entre o Programa Osasco Recicla e sua Secretaria?
- 5- O programa está atingindo os objetivos desejados? Descreva.
- 6- Quais os benefícios alcançados pelo Programa Osasco Recicla?
- 7- Quais as dificuldades enfrentadas na implantação do Programa Osasco Recicla?
- 8- Quais os desafios para integrar o Programa Osasco Recicla com as diferentes Secretarias?
- 9- O Programa Osasco Recicla está adequado às exigências das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos?
- 10- Quais os atores sociais envolvidos no processo de implantação do Programa Osasco Recicla?
- 11- Quais as ações e contrapartidas assumidas na parceria entre o BNDES e a Prefeitura de Osasco?
- 12- Quais as facilidades e quais as dificuldades da parceria entre o BNDES e a Prefeitura de Osasco?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com as pessoas responsáveis pelas Cooperativas participantes do Programa Osasco Recicla.

- 1- Você é responsável por qual cooperativa integrante do Programa Osasco Recicla?
- 2- Qual o volume recebido de resíduos sólidos recicláveis em sua cooperativa por mês?
- 3 – O volume de resíduos recolhidos aumentou ou diminuiu depois da implantação do programa?
- 4- Quanto deste total recebido é rejeito?
- 5- Qual é o destino destes rejeitos?
- 6- Como é a parceria entre a Cooperativa e a Prefeitura de Osasco?
- 7- Como é realizada a administração da Cooperativa?
- 8- Como é revertida a receita da comercialização de resíduos sólidos recicláveis pela Cooperativa?
- 9- Todos os trabalhadores são cooperados?
- 10- Na sua opinião, atualmente, o projeto funciona em toda sua capacidade? Funciona como deveria?
- 11- O volume de resíduos recolhidos diminuiu?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com os cooperados das Cooperativas participantes do Programa Osasco Recicla de Osasco – SP.

Idade:

Escolaridade:

- 1- Há quanto tempo está na cooperativa?
- 3- A sua situação financeira melhorou trabalhando como cooperado?
- 4- Quantas pessoas residem em sua casa?
- 5- Sua casa é própria, alugada ou cedida?
- 6- A sua saúde melhorou trabalhando como cooperado?
- 7- Você sofre preconceito com relação a sua profissão?
- 8- Você participa de algum movimento que busca melhoria para sua profissão?
- 9- Você considera a sua profissão importante para o meio ambiente?
- 10- Sua vida melhorou depois da implantação das cooperativas?
- 11- Você sente apoio do poder público em relação às cooperativas e aos cooperados?

APÊNDICE D – Fotos das Cooperativas participantes do Programa Osasco Recicla de Osasco – SP

CooperNatus



CooperMundi



CooperAreis



Figura 18 – Fachadas das cooperativas de catadores em funcionamento em Osasco, 2014.

Fonte: PMO



Figura 19 – Estrutura atual da CooperAreis

Fonte: A autora (2018)



Figura 20 – Local onde atualmente está instalada a CooperAreis

Fonte: A autora (2018)



Figura 21 – Futura sede da CooperAreis

Fonte: A autora (2018)



Figura 22 – Fachada da futura sede da CooperAreis

Fonte: A autora (2018)



Figura 23 – Fachada atual da CooperMundi

Fonte: A autora (2018)

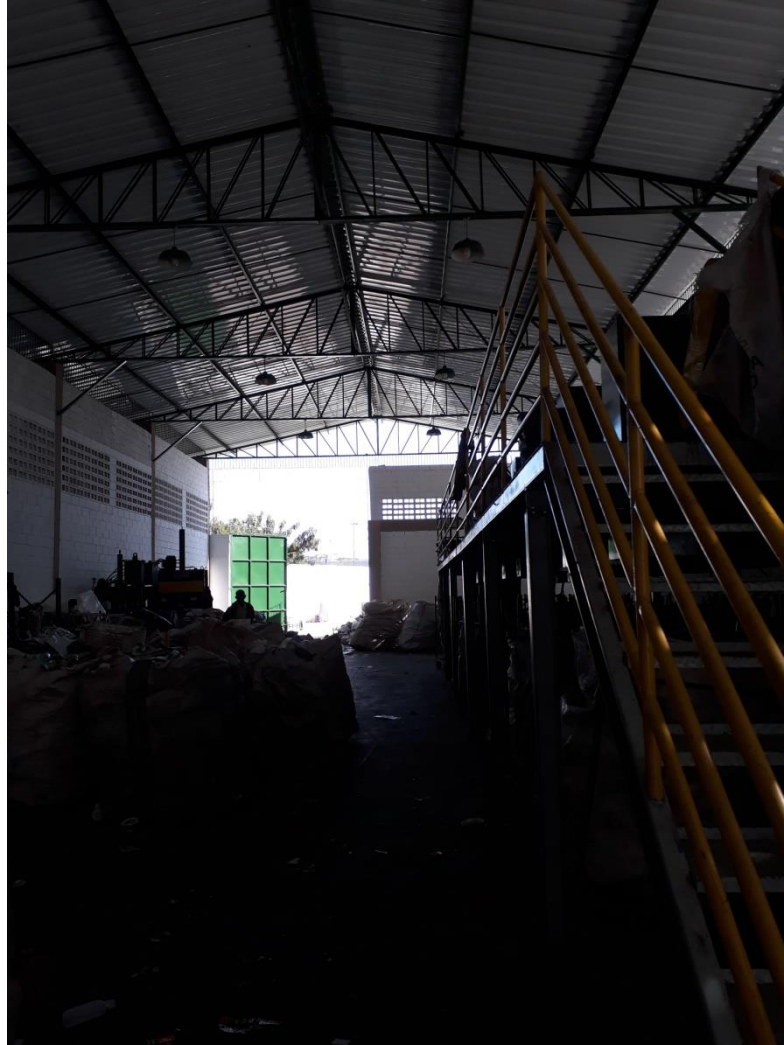


Figura 24 – Interior da CooperMundi

Fonte: A autora (2018)



Figura 25 – Esteira da CooperMundi

Fonte: A autora (2018)



Figura 26 – Esteira Mecânica da CooperMundi

Fonte: A autora (2018)



Figura 27 – Empilhadeira da CooperMundi

Fonte: A autora (2018)



Figura 28 – Compactadoras da CooperMundi

Fonte: A autora (2018)



Figura 29 – Fachada atual da CooperNatuz

Fonte: A autora (2018)



Figura 30 – Fachada lateral da CooperNatuz

Fonte: A autora (2018)



Figura 31 – Interior da CooperNatuz

Fonte: A autora (2018)



Figura 32 – Esteira da CooperNatuz

Fonte: A autora (2018)



Figura 33 – Empilhadeira da CooperNatuz

Fonte: A autora (2018)



Figura 34 – Pátio externo da CooperNatuz

Fonte: A autora (2018)